



Ulysses Guimarães quer que o senador Mauro Benevides (PMDB-CE) seja eleito para a vice-presidência da Constituinte

Acordo rompido levará confronto ao plenário

PT realizará 3 encontros pelas diretas

Até a primeira quinzena de abril, o Partido dos Trabalhadores realizará três grandes encontros preparatórios da sua mobilização pelas eleições diretas para a Presidência da República: um em São Paulo, outro em Belo Horizonte e o terceiro em Porto Alegre. Essa informação foi prestada ontem pelo Secretário-Geral do PT, Olívio Dutra, acrescentando que todos os órgãos do Partido já estão sendo acionados para articular a mobilização partidária.

A exemplo do PDT, o PT também pretende fazer da campanha das diretas um instrumento de conscientização popular quanto ao papel da Constituinte e de denúncia a respeito das limitações que essa Assembleia vem sofrendo. O Partido também está atualizando seu programa econômico, para apresentá-lo como alternativas à atual política do Governo Federal.

Temas

O temário da campanha petista incluirá as seguintes questões:

- Suspensão efetiva do pagamento da dívida externa (juros e amortizações do principal) e instalações de tribunais de auditoria; para apuração das condições em que a dívida foi efetuada.
- Elevação imediata do salário-mínimo para uma faixa compatível com as necessidades individuais de um trabalhador;
- criação de um imposto, a ser cobrado de uma só vez, sobre os 5% mais ricos da população, para a criação de fundos de investimento e para cobrir o salário-família e o salário-desemprego;
- política habitacional que defenda os interesses dos inquilinos e evite especulação imobiliária;
- garantia de preço justo e crédito barato para os pequenos produtores rurais;
- liberdade e autonomia sindical e direito irrestrito de greve;
- início imediato e massivo da reforma agrária, com efetiva distribuição de terras; e revogação do entulho autoritário e fim dos decreto-leis.

PDT pretende levar debate à sociedade

O PDT quer ampliar o leque de sua atuação, estendendo a discussão sobre a Constituinte à sociedade civil — segundo o líder do partido na Câmara, deputado Brandão Monteiro

A decisão foi tomada na reunião do PDT, ontem de manhã na Câmara, quando a bancada do partido adotou duas linhas de ação: uma interna, discutindo e votando as propostas mais progressistas relacionadas com a Constituinte, e outra externa, na qual procurará estender o debate constitucional a toda a sociedade civil: sindicatos, partidos políticos, entidades, grupos religiosos etc.

"É preciso ampliar o leque de nossa atuação externa" — disse Brandão Monteiro. E acrescentou: pedir a mobilização popular com vistas à apresentação de propostas do povo, apoiadas por um mínimo de 30 mil assinaturas. Enfim, precisamos incrementar a pressão popular sobre a Constituinte, em torno de propostas avançadas. Se permitirmos que o debate constitucional fique restrito ao Congresso, não haverá avanço".

Na área política, Brandão já iniciou, conforme disse, contatos com alguns líderes partidários, como Jamil Haddad, do PSB. O próximo será o presidente do PT, Lula.

A recusa do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), em admitir que selou na última segunda-feira acordo entregando à Frente Liberal a primeira vice-presidência da Constituinte, vai levar as duas bancadas da Aliança Democrática ao confronto em plenário, na próxima quarta-feira, quando será eleita a Mesa da Assembleia.

Os dois partidos têm candidatos próprios ao cargo: o deputado Humberto Souto (PFL-MG) e o senador Mauro Benevides (PMDB-CE). O líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas (SP) tentou buscar ontem um acordo. Entretanto, ele já havia anunciado anteriormente que o cargo era de direito do PMDB "pelo critério da proporcionalidade". Enquanto na Câmara a proporcionalidade permite que o partido majoritário ocupe a presidência e ceda a primeira vice-presidência a um nome da segunda bancada, no Senado a situação é diferente. Tradicionalmente, os senadores indicam tanto para a presidência quanto para a primeira vice-presidência parlamentares da mesma legenda.

Como o acordo celebrado por Ulysses e o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique (SC) com o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), baseava-se na proporcionalidade utilizada pela Câmara, o senador Mauro Benevides saiu imediatamente do páreo. Insatisfeito, ele buscou e conseguiu apoio tanto entre deputados como senadores do partido para obrigar Ulysses e Luís Henrique a reverem o trato celebrado com Lourenço.

Deputados e senadores frentistas alertam que mais nenhum acordo será feito

Regimento interno é aprovado com ajustes

A Assembleia Nacional Constituinte aprovou ontem a redação final de seu regimento interno, com pequenos ajustes e um compromisso assumido pelo relator Fernando Henrique Cardoso: a Comissão de Sistematização não poderá inovar com relação àquilo que não houver sido objeto de apreciação pelas demais comissões.

No exercício da liderança do PT, o deputado José Genoíno considerou imprecisa a redação do dispositivo regimental relativo à matéria e, diante do entendimento contrário do relator a sua alteração, informou que seu partido se reservaria o direito de apresentar projeto de resolução alterando-o durante a elaboração da Constituição se necessário.

O presidente do PMDB Ulysses Guimarães, após o

com o PMDB caso este da Mesa não seja cumprido. A ameaça, porém, não assusta Mário Covas, que acredita que a Aliança Democrática "não existe nem funciona na Constituinte". O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), por sua vez, também não se mostra preocupado com as ameaças da Frente Liberal. Ele afirmou não se intimidar em que a eleição para a primeira vice-presidência seja disputada voto por voto, pelas bancadas dos dois partidos. "Vamos ver quem tem mais força no plenário!" — disparou o parlamentar paulista.

Sem referir-se a cargos, Covas declarou ontem à tarde

Mesa poderá ficar sem PFL

A reunião do PFL para decidir sobre os nomes para a mesa da Constituinte durou apenas 25 minutos e terminou com uma decisão: caso os acordos anteriormente firmados entre José Lourenço, Luiz Henrique e Ulysses Guimarães não sejam respeitados, o partido vai abrir mão de qualquer participação na Mesa. A proposta, a nível de exigência, surgiu do deputado Aloysio Chaves (PA) em nome da unidade partidária, ao mesmo tempo em que retirava seu nome da disputa do cargo de primeiro-vice-presidente.

Com a desistência de Aloysio Chaves, o deputado Humberto Souto foi indicado como o representante do PFL na Mesa da Constituinte (vice-presidência), enquanto o senador Divaldo Suruagy (AL) ganhou a indicação para a Segunda Secretaria. Não houve votação. O líder José Lourenço, tão logo o deputado Aloysio Chaves desistiu da candidatura, tomou o microfone e solicitou a aclamação e unanimidade em torno do nome de Humberto Souto.

que os oito lugares da Mesa devem ser distribuídos proporcionalmente às bancadas partidárias. Pelas suas contas as vagas titulares cabem ao PMDB (duas) e PDS (uma). As três suplências seriam entregues ao PDT, PTB e PT.

O PMDB já decidiu que entre os postos que lhe cabem nas comissões, pretende eleger o presidente e relator de pelo menos duas delas, sem dividir os cargos com outras legendas. São as comissões de Ordem Econômica e de Sistema Tributário, consideradas pelas lideranças do partido como imprescindíveis.

Covas disse que a indicação do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) para a presidência da Comissão de Sistematização, não inviabiliza que o cargo de relator da comissão, possa ser entregue a um senador peemedebista. Dos três concorrentes apenas um é senador: o paulista Fernando Henrique Cardoso. O líder peemedebista acentuou ainda que não pretende fazer distinções entre deputados e senadores para indicar nomes do partido às vagas da legenda nas oito comissões ordinárias e na comissão de Sistematização. Alertou que as indicações recairão entre os mais capazes e que não se sentirá constrangido em escolher, se necessário, um número de senadores maior que a proporcionalidade entre as bancadas do PMDB na Câmara e Senado.

Ontem à noite, Covas reuniu-se com Fernando Henrique, o senador José Richa, os deputados Luís Henrique, Miro Teixeira (PMDB-RJ) e Euclides Scalco (PMDB-PR) para começar a definir os critérios para as indicações partidárias às comissões.

Lucena já quer fazer mudanças

O presidente do Senado e do Congresso Humberto Lucena (PMDB-PB), que adaptou o regimento do Senado ao funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, já está pensando em alterar o regimento comum (Câmara e Senado), para o funcionamento das duas casas.

Humberto Lucena quer fazer as seguintes modificações. Acabar com as comissões mistas, que serão substituídas pela figura de um relator, escolhido em plenário, e suspender a análise das emendas que se encontram em tramitação no Senado. Essas propostas serão encaminhadas à mesa da constituinte, para que sirvam como subsídios à nova constituição. Ele quer realizar, já na próxima semana uma sessão para apreciar outras matérias.